



ACÓRDÃO Nº2218/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº10935/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Urucará – SAAE.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Marcia Brandão dos Santos (Ordenador de Despesa), Evandro Guimarães da Cunha (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 7127/2022-DIMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alber Furtado de Oliveira Júnior.
- 10- **Relator Substituto:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Urucará – SAAE. Exercício de 2020.

Regularidade com ressalvas. Ciência. Arquivamento.

11- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Convocado-Relator em substituição Luiz Henrique Pereira Mendes, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 11.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Urucará – SAAE, de responsabilidade da **Sra. Marcia Brandão dos Santos**, referente ao exercício de 2020, nos termos do art. 22, inc. II, da Lei Estadual nº 2.423/1996 c/c art. 188, §1º, inc. II, da Resolução nº 04/2002 – RITCEAM, pelas impropriedades formais não sanadas e que não resultaram em danos ao erário, quais sejam: **i)** processo administrativo sem a devida autuação, sem numeração das folhas, rubricas, e carimbo do protocolizado; **ii)** ausência de documentação relativa à qualificação econômico-financeira, a fim de comprovar a capacidade da contratadas para prestação dos serviços solicitados; **iii)** comprovação de recolhimento por parte da contratada, das obrigações trabalhistas e previdenciárias; **iv)** ausência de manifestação do Controle Interno; dentre outras exigências legais;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº2218/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

11.2. Dar ciência à Sra. Marcia Brandão dos Santos, sobre o teor desta decisão, com cópia do Relatório-Voto e do respectivo Acórdão;

11.3. Arquivar o presente processo, após o trânsito em julgado, nos moldes regimentais.

12- Ata: 45ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

13- Data da Sessão: 13 de dezembro de 2022.

14- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

15- Auditor presente e Relator, em substituição: Luiz Henrique Pereira Mendes.
Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Auditor-Relator, em substituição

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral